

IMPOSTO DE RENDA/ Receita espera 44 milhões de declarações até 29 de maio, mas mais da metade dos contribuintes ainda não acertou as contas com o Fisco. Especialistas alertam para multa e malha fina

23 milhões ainda devem IR

» FERNANDA STRICKLAND

Até menos de três semanas do fim do prazo para entrega do Imposto de Renda 2026, milhões de brasileiros ainda não enviaram a declaração à Receita Federal. Dados mais recentes do órgão mostram que 21.694.061 contribuintes acertaram as contas com o Fisco, pouco menos da metade do total esperado para este ano.

A estimativa da Receita é receber 44 milhões de declarações até 29 de maio, o que significa que cerca de 23 milhões de pessoas ainda precisam encerrar a corrida contra o relógio para evitar multas, pendências e problemas com o “Leão”.

Entre as declarações já enviadas, 59,7% foram preenchidas por meio do modelo pré-preenchido, ferramenta que reúne automaticamente informações já disponíveis na base de dados do Fisco, como rendimentos, despesas médicas e aplicações financeiras.

A praticidade da modalidade tem impulsionado sua adesão nos últimos anos, especialmente entre contribuintes que buscam reduzir o risco de inconsistências. Já a declaração simplificada foi escolhida por 55,4% dos brasileiros que prestaram contas neste ano.

Os dados também mostram que a maioria dos contribuintes deverá receber valores de volta. Até o momento, 67,9% das declarações enviadas têm direito à restituição, enquanto 18,3% resultarão em imposto a pagar. Outros 13,8% não têm saldo nem para restituição nem para pagamento adicional.

Com a aproximação do prazo final, especialistas reforçam o alerta para os riscos de deixar a entrega para os últimos dias. Além da sobrecarga nos sistemas e da corrida para reunir documentos, erros considerados simples, como omissão de rendimentos, informações bancárias incorretas ou falhas no preenchimento de despesas dedutíveis, podem levar o contribuinte à malha fina. O atraso na entrega também gera multa, que pode variar conforme o imposto devido e o tempo de demora para regularização.

O advogado João Cipriano, sócio do escritório Miguel Neto Advogados, afirma que uma das falhas mais recorrentes na declaração do Imposto de Renda é a omissão de rendimentos do titular ou de dependentes. Segundo ele, é essencial conferir todos os informes financeiros antes do envio. “É fundamental declarar todos os rendimentos corretamente. Os dados informados pelas empresas também são envia-



Maurenilson/CB

dos à Receita, e qualquer divergência pode levar o contribuinte à malha fina”, alerta Cipriano.

O especialista recomenda atenção especial aos dados bancários, comprovantes de rendimento e ao correto enquadramento de aplicações financeiras e planos de previdência. No caso do PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), o valor pode ser deduzido em até 12% da renda tributável e deve ser informado na ficha “Pagamentos Efetuados”. Já o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que não oferece dedução, deve constar na ficha “Bens e Direitos”.

Outro ponto que exige atenção do contribuinte é a declaração da pensão alimentícia. Segundo Ci-

priano, desde 2024, esses valores passaram a ser isentos de tributação e devem ser informados na ficha de “Rendimentos Isentos e Não Tributáveis”.

“Se a pensão for declarada como rendimento tributável, o sistema pode identificar inconsistência e reter automaticamente a declaração na malha fina”, explica o especialista. Ele também lembra que contribuintes que receberam restituição no ano anterior precisam informar o valor na nova declaração do Imposto de Renda.

Multa

A multa para quem é obrigado a declarar e perde o prazo come-

ça em R\$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido, além de juros calculados com base na taxa Selic. O contador Vicente Sevilha destaca ainda que o vencimento da cota única ou da primeira parcela do imposto também ocorre em 29 de maio para quem tiver valores a pagar. “O atraso, tanto na entrega da declaração quanto no pagamento do imposto, pode gerar penalidades adicionais e aumentar o custo final para o contribuinte”, ressalta.

Para reduzir erros e agilizar o envio das informações, a declaração pré-preenchida tem ganhado espaço entre os contribuintes e se consolidado como uma das principais ferramentas de apoio

no preenchimento. O sistema reúne automaticamente dados já informados à Receita, como rendimentos, despesas médicas e aplicações financeiras, diminuindo o risco de inconsistências. Além disso, quem opta pela modalidade e escolhe receber a restituição via Pix passa a ter prioridade nos lotes de pagamento.

Na avaliação de Ricardo Oliveira de Jesus, sócio da ABordin Consultores, a ferramenta apresentou avanços importantes neste ano. “A Receita Federal conseguiu entregar melhor as funcionalidades prometidas. Em 2026, a declaração pré-preenchida está mais eficiente e confiável, o que facilita bastante a vida do contribuinte”, afirma.

Dicas rápidas

Entenda como aproveitar os últimos dias para declarar e fugir da malha fina

» Use a pré-preenchida, mas confira tudo.

» Reúna todos os informes antes de transmitir.

» Revise com muita atenção despesas médicas e rendimentos de dependentes, e consulte o Manual do Meu Imposto de Renda, disponibilizado pela Receita Federal na Internet.

» Compare o simplificado com as deduções legais antes de enviar.

» Se surgir alguma pendência, cheque antes de sair retificando.

Fonte: Especialista em direito tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fabrício Tonegutti

Para Tarcísio Tamanini, sócio-fundador da Wise Tax, o avanço da digitalização e o cruzamento de dados têm ampliado significativamente a capacidade de fiscalização do Fisco, tornando o sistema mais rigoroso na identificação de inconsistências e omissões nas declarações. “A automatização permite à Receita identificar com muito mais facilidade quem deveria declarar e não entregou o documento. Por isso, o cuidado do contribuinte precisa ser redobrado”, diz.

Especialistas recomendam que os contribuintes mantenham organizados recibos médicos, informes de rendimentos, extratos bancários, comprovantes de despesas dedutíveis e demais documentos utilizados no preenchimento da declaração. A organização prévia das informações reduz o risco de inconsistências, facilita a conferência dos dados e ajuda a evitar problemas com a malha fina.

Em caso de dúvidas, a orientação é buscar informações nos canais oficiais da Receita Federal ou recorrer ao auxílio de profissionais especializados, especialmente em situações que envolvam investimentos, previdência privada, venda de bens ou rendimentos mais complexos.

Golpes com IA miram contribuintes

Na reta final do prazo para entrega do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2026, especialistas em segurança digital reforçam o alerta para o aumento de golpes virtuais direcionados aos contribuintes. Neste ano, o cenário ganhou um elemento adicional de preocupação, o avanço da inteligência artificial (IA), utilizada por criminosos para tornar fraudes mais sofisticadas, personalizadas e difíceis de identificar.

E-mails falsos, mensagens que simulam comunicados oficiais da Receita Federal e até atendimentos automatizados passaram a usar recursos de IA para ampliar a sensação de credibilidade e aumentar as chances de enganar vítimas às vésperas do fim do prazo de entrega da declaração.

Segundo avaliação da TIVIT, multinacional do Grupo Almagora especializada em tecnologia na América Latina, o problema vai além da proteção individual dos contribuintes. O avanço das fraudes digitais também coloca em xeque a resiliência tecnológica das instituições públicas, a segurança dos serviços digitais e a confiança da população nos canais oficiais do governo.

Dados da Serasa Experian mos-

tram que o avanço das fraudes digitais tem se intensificado no país. Apenas no início de 2026, o Brasil registrou uma tentativa de fraude financeira a cada 2,2 segundos. O cenário é impulsionado principalmente pelo uso de dados vazados e pela adoção de técnicas de engenharia social cada vez mais sofisticadas e personalizadas, o que levou a um crescimento de quase 30% nas tentativas de golpe no último ciclo analisado.

O impacto já atinge grande parte da população. Atualmente, mais da metade dos brasileiros afirma ter sido alvo de algum tipo de fraude digital nos últimos 12 meses, evidenciando o aumento da vulnerabilidade dos usuários em um ambiente on-line cada vez mais complexo e automatizado.

De acordo com o diretor de Cibersegurança da TIVIT, Thiago Tanaka, a principal mudança observada neste ano está no uso da inteligência artificial generativa para aumentar o poder de convencimento dos golpes virtuais. Segundo ele, os criminosos passaram a reproduzir com mais precisão a aparência e a linguagem utilizadas em comunicações oficiais.

“Os golpes ficaram mais sofisticados. A inteligência artificial per-

mite criar comunicações falsas com linguagem, identidade visual e estrutura muito próximas das oficiais, o que aumenta o risco de erro por parte do cidadão e pressiona ainda mais a confiança nos canais digitais”, afirma.

No período do Imposto de Renda, as fraudes costumam aparecer em páginas falsas, mensagens sobre suposta malha fina, promessas de restituição antecipada e cobranças indevidas. Embora o impacto imediato recaia sobre o contribuinte, a avaliação da empresa é de que os efeitos também atingem as instituições públicas, ao elevar a demanda por suporte, dificultar a comunicação oficial e exigir respostas mais rápidas de prevenção e contenção.

Para Tanaka, a proteção nesse ambiente depende da combinação entre ferramentas tecnológicas e comportamento consciente do usuário. O especialista destaca a importância de acessar apenas ambientes autenticados, como o portal e-CAC e o aplicativo Meu Imposto de Renda, além da adoção de mecanismos de autenticação em múltiplos fatores.

“O desafio não é apenas bloquear ataques, mas garantir que a jornada digital do cidadão aconte-

Pixabay



Golpistas usam inteligência artificial para criar mensagens falsas que simulam comunicados da Receita

ça de forma segura e confiável do início ao fim. Isso envolve identidade, autenticação, proteção de dados e capacidade de resposta a incidentes”, explica Tanaka.

O executivo também alerta para a necessidade de desconfiar de mensagens alarmistas ou que pressionem o usuário a agir rapidamente. “Canais oficiais não utilizam gatilhos de urgência emocional. A resiliência cibernética de

uma nação depende tanto de infraestruturas robustas quanto de uma cultura de desconfiança digital por parte do usuário final”, acrescenta.

Na avaliação do diretor, fortalecer a resiliência digital do setor público exige atuação integrada entre infraestrutura tecnológica, governança, monitoramento e orientação aos usuários, especialmente em períodos de maior movimentação, como

o da entrega do Imposto de Renda.

“Quando a confiança na comunicação oficial é abalada, a eficiência do Governo Digital retrocede. O órgão público é pressionado a atuar em modo de gestão de crise, impactando o planejamento estratégico de arrecadação e fiscalização. A segurança, portanto, deve ser encarada como um pilar de sustentabilidade do negócio público”, conclui Tanaka. (FS)